

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 522.401 - PR (2019/0211474-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : VIVIAN REGINA LAZZARIS E OUTRO**  
**ADVOGADOS : VIVIAN REGINA LAZZARIS - PR049190**  
**TATIANA LAZZARIS - PR074961**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : FABIANO RIBEIRO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

**FABIANO RIBEIRO** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Habeas Corpus n. 0003651-58.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o Tribunal *a quo* concedeu parcialmente a ordem do prévio *writ* tão somente para fixar a data-base para a progressão de regime como a da última prisão do apenado.

Neste *mandamus*, buscam as impetrantes, em síntese, seja fixado o dia da primeira prisão do paciente como marco temporal para fins de livramento condicional, qual seja, 13/8/2012.

A liminar foi indeferida por decisão proferida pela Presidência desta Corte Superior (fl. 1.254).

As informações foram prestadas (fls. 1.258-1.264) e o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 1.268-1.272, opinou pela concessão da ordem.

### **Decido.**

Sobre o tema em debate, é imperioso salientar que as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal possuíam o entendimento pacificado de que, ao sobrevir condenação definitiva ao apenado, por fato anterior ou posterior ao início da execução penal, a contagem do prazo para concessão de benefícios é interrompida, pois deve ser feito novo cálculo, com base no somatório das penas. Ademais, **o termo a quo para concessão de futuros benefícios seria a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nessa linha de entendimento, cito os julgados:

[...]

2. Sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da sua reprimenda corporal, interrompe-se a contagem do prazo para a concessão de benefícios executórios penais, **servindo como marco inicial a data do trânsito em julgado da última condenação contabilizada na unificação das penas, sendo irrelevante se aquela prática delitiva ocorreu antes ou depois do início do cumprimento da pena.**

3. Habeas corpus não conhecido (HC n. 330.036/MG, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, 5ª T., DJe 4/11/2015, destaquei).

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento, segundo o qual **o marco inicial para a contagem dos benefícios da execução, em razão da prática de novo delito, corresponde à data do trânsito em julgado da última condenação**, sendo que, ao unificar as penas, deve o juiz proceder à contagem a partir do somatório das penas que restam a ser cumpridas. Precedentes do STJ e do STF.

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para fixar a data do trânsito em julgado da última condenação como marco inicial para fins de benefícios penais (HC n. 260.950/MG, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 13/2/2015, grifei).

Todavia, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao se deparar novamente com a matéria, no julgamento do **REsp n. 1.557.461/SC**, de minha relatoria, ocorrido em 22/2/2018, firmou o entendimento de que "A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, **a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução**" (DJe 14/3/2018, grifei).

Para melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessária a análise do texto dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, ambos da Lei de

Execução Penal. Confirmam-se (destaquei):

Art. 111. Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.

Parágrafo único. **Sobrevindo condenação no curso da execução, somar-se-á a pena ao restante da que está sendo cumprida, para determinação do regime.**

Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

II - **sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime.**

Conclui-se da leitura dos artigos acima mencionados que, diante da superveniência do trânsito em julgado de sentença condenatória, caso o *quantum* de reprimenda obtido após o somatório, não permita a preservação do regime atual de cumprimento, o novo será então determinado por meio do resultado da soma, de forma que estará o sentenciado sujeito à regressão.

Segundo o magistério de Guilherme de Souza Nucci:

[...]

**sempre que nova pena chegar, para cumprimento, na Vara de Execução Penal, será ela somada ao restante da pena e não no montante total inicial, afinal, pena cumprida é pena extinta. Com esses novos valores, decidirá o magistrado acerca do regime cabível.**

Ilustrando: iniciou o réu o cumprimento da pena de doze anos de reclusão, em regime fechado; por merecimento e cumprido mais de um sexto, passou ao semiaberto; depois, atingiu o regime aberto. Faltando três anos para terminar a pena, recebe-se na Vara de Execução Penal mais uma condenação de um ano de reclusão. Não será somada esta nova pena aos doze anos iniciais, mas aos

três anos derradeiros. Logo, o total será de quatro anos de reclusão e não de treze anos. Por isso, pode o magistrado mantê-lo no regime aberto, pois a pena a cumprir não ultrapassa quatro anos (art. 33, § 2.º, c, CP) (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. 8. ed. rev., atual. e ampl., vol. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 277, destaquei).

Dessa forma, **a regressão de regime não é consectário necessário da unificação das reprimendas**, pois, conforme a leitura do parágrafo único do art. 111 e do inc. II do art. 118, ambos da Lei de Execução Penal, é forçosa a regressão de regime **apenas quando a pena da nova execução, somada à sanção ainda não cumprida, torne incabível o regime atualmente imposto**. Assim aduz Maurício Kuehne, ao salientar que:

[...]

**o inc. II enseja a regressão, quando a condenação anterior, somada ao remanescente da execução em curso, torne incabível o regime. A *contrario sensu*, se a somatória não inviabilizar a permanência do réu no regime em que se encontre, a regressão não se operará.** Assim, a condenação, por fato pretérito, por si só, não induz à regressão. É o que ocorre, v.g. quando o réu esteja em regime aberto, faltando 1 ano de pena a cumprir, e venha a sofrer nova condenação (por fato pretérito à execução em curso), a 2 anos e é fixado o regime aberto. A permanência do condenado, neste regime, é perfeitamente possível (KUEHNE, Maurício. *Lei de execução penal anotada*. 13. ed. Curitiba: Juruá, 2015, p. 379, destaquei).

Portanto, do exame conjugado do parágrafo único do art. 111 e do inc. II do art. 118, ambos da Lei de Execução Penal, **não se infere que, efetuada a soma das reprimendas impostas ao sentenciado, é mister a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, especialmente diante da ausência de disposição legal expressa.**

Por conseguinte, deduz-se da exposição supra que a mudança do termo *a quo* referente à concessão de novas benesses no bojo da execução da reprimenda constitui afronta ao princípio da legalidade e ofensa à individualização da pena, motivos pelos quais se faz necessária a preservação

do marco interruptivo anterior à unificação das sanções, pois a modificação da data-base não é consectário imediato do somatório das reprimendas impostas ao apenado. **Ainda que assim não fosse, o reinício do marco temporal permanece sem guarida, se analisados seus efeitos na avaliação do comportamento do reeducando.**

É importante ressaltar que **a prática de fato definido como crime doloso no bojo da execução da pena constitui falta disciplinar de natureza grave**, como bem apontado alhures no enunciado da Súmula n. 526 deste Tribunal Superior e, especialmente, conforme previsto no art. 52, *caput*, da Lei n. 7.210/1984, de acordo com o qual "[a] prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado".

No entanto, caso o reeducando venha a ser condenado pela prática do delito cometido no curso da execução, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória, segundo o entendimento anterior desta Egrégia Corte, acarretaria a unificação das penas a ele impostas e, novamente, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, o que já havia ocorrido apenas diante da prática da falta grave. **Assim sendo, o apenado seria punido novamente, em um verdadeiro *bis in idem*, já que o mesmo evento – a saber, a prática de fato definido como crime doloso – proporcionaria, por duas vezes, a mudança da data-base para concessão de novas benesses, de maneira a ocasionar flagrante constrangimento ilegal.**

Se a condenação definitiva por delito praticado após o início da execução da pena não se presta a ensejar a modificação da data-base para concessão de novos benefícios, com maior razão não pode o trânsito em julgado de sentença condenatória prolatada em face de delito anterior implicar o reinício do marco temporal, **pois se trata de fato que nem sequer fora praticado no curso do resgate das reprimendas impostas ao apenado.**

Como salientado por Santos (2012, p. 13), "a execução penal é essencialmente um diálogo entre o apenado e o Estado onde a palavra chave (*sic*) é *merecimento*". Nesse sentido, é possível afirmar que o mérito do apenado é válvula propulsora do alcance de inúmeras benesses, como bem assevera Renato Marcão, no que tange à progressão de regime, ao apontar que, "[s]e por um lado o mérito do condenado, detectado no

cumprimento da pena, autoriza a progressão até que alcance a liberdade definitiva, a *ausência de mérito* é causa determinante de sua *regressão*, que implicará a ordem inversa da progressão" (MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 193, destaques do autor).

Dessa maneira, **não se pode alegar que um fato praticado antes do início da execução da pena constitua parâmetro de avaliação do mérito do apenado**, uma vez que evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. Assim, um delito cometido antes de iniciar-se o cumprimento da pena não possui o condão de subsidiar a análise do desenvolvimento da conduta do condenado e, por conseguinte, **não deve ser utilizado como critério para que se proceda ao desprezo do período de sanção cumprida antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, em face do reinício do marco temporal relativo aos benefícios executórios**.

É preciso ressaltar que a unificação de nova condenação definitiva já possui o condão de recrudesce o *quantum* de reprimenda restante a ser cumprido pelo reeducando. Logo, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, a despeito da ausência de previsão legal, configura excesso de execução, baseado apenas em argumentos extrajurídicos. **O período de cumprimento desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar não pode ser desconsiderado, seja por delito ocorrido antes do início da execução, seja por crime praticado depois e já apontado como falta grave**.

Por fim, ressalte que o entendimento alhures foi sintetizado no julgamento dos Recursos Representativos da Controvérsia **n. 1.753.509/PR e 1.753.512/PR** (Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, 3ª S., DJe 11/3/2019) pela Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, em seu plenário virtual e por meio de minha relatoria, **oportunidade em que foi assentada a seguinte tese: A unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios**.

Na hipótese, o Tribunal de Justiça concedeu parcialmente a ordem do prévio remédio constitucional para fixar a data da última prisão como marco interruptivo da contagem de prazo para concessão de progressão de regime, **o que está em dissonância com o entendimento hodierno da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do

# *Superior Tribunal de Justiça*

RISTJ, **concedo a ordem** para cassar a decisão de primeiro grau e afastar o marco interruptivo estabelecido após a unificação de reprimendas.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

